

Mundo do Trabalho e Modelo Econômico

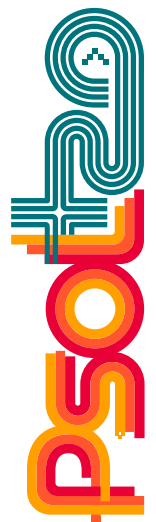


FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO**
PSOL



3

**Caderno
de debates**



Mundo do Trabalho e Modelo Econômico



**Caderno
de debates**

3



Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Presidenta
Luciana Krebs Genro

Vice-presidenta
Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro
Stenio Matheus de Moraes Lima

Diretora de Comunicação
Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Públicas e Institucionais
Daniel Moraes Angelim

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação
Francisco Josué Medeiros de Freitas

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico
Henrique Iglecio Fernandes

Diretor de Relações Internacionais
Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF

Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira De Oliveira, José Luis De Sampayo Torres Fevereiro, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria Gracionice Barbosa Goncalves, Miguel Tadeu De Carvalho, Francisvaldo Mendes De Souza, Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William Ronny Kollbrunner, Zaira Valeska Dantas Da Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos
Suplentes: Carolynne De Souza Sobrinho, Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda, Júlio César Araujo Das Neves, Mena Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

Conselho Fiscal da FLCMF

Titulares: Etiene Bento dos Santos, Franklin Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva, Leandro Fontes Coutinho, Ricardo Azevedo Néspoli.
Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lilian dos Santos Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

Caderno de Debates Crise Climática e Transição Ecológica

Organização
FLCMF e PSOL

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão
Daniel Angelim

Diagramação
WHIZZ e HPDesign

Revisão
Carolina Peters



Sumário

Contribuições para um programa a partir das relações de trabalho no Brasil contemporâneo Insurgência - Ederson Duda • Lucas Zinet • Marco Gonsales • Matheus Silveira • Renan Oliveira e Tassia Almeida	08
Por um novo modelo econômico nacional amparado nas lutas do povo trabalhador e rumo ao socialismo APS • Alicerce • Centelhas, Fortalecer o PSOL • Insurgência Reconstrução-Democrática • LSR • MES e Rebelião Ecosocialista	16
Mundo do Trabalho: por uma política emancipatória e igualitária APS • Alicerce • Centelhas, Fortalecer o PSOL • Insurgência Reconstrução-Democrática • LSR • MES e Rebelião Ecosocialista	26
O modelo econômico e social brasileiro no contexto das lutas populares e do neoliberalismo Primavera Socialista • Ricardo Souza	32
Transformações no mundo do trabalho, novas formas de organização social e nova agenda de direitos para a classe trabalhadora Revolução Solidária	26

Contribuições para um programa a partir das relações de trabalho no Brasil contemporâneo

Ederson Duda • Lucas Zinet
• Marco Gonsales • Matheus Silveira
• Renan Oliveira e Tassia Almeida



Para compreender a formação do mercado de trabalho no Brasil e a permanência estrutural da precariedade é imprescindível resgatar as origens históricas da classe trabalhadora, situando-a na lógica de um capitalismo dependente, constituído sobre bases coloniais-escravistas e articulado, desde o início, à inserção subordinada no mercado mundial.

Durante o período colonial, três elementos fundamentais articulam-se para conformar a estrutura econômica e social: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravizado. Como aponta Caio Prado Jr., o “sentido da colonização” não foi a construção de uma economia voltada para o mercado interno, mas sim a produção de excedentes primários para o comércio externo,

atendendo à lógica dos países imperialistas. A independência formal não rompeu com esse núcleo estrutural.

A industrialização do início do século XX significou uma modernização conservadora, que incorporou elementos novos sem eliminar as formas arcaicas de exploração. No plano jurídico, as primeiras leis trabalhistas surgiram durante esse período, mas foi com Getúlio Vargas que o Estado implementou um projeto sistemático de modernização orientado à consolidação de um regime de acumulação urbano-industrial. A promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 teve como objetivo criar condições institucionais favoráveis ao setor produtivo urbano-industrial.

Como a CLT somente regulamentava o trabalho urbano (deixando de fora o trabalho rural e o tra-

balho doméstico), sua introdução representou a exclusão da maior parte da força de trabalho da época, denotando o caráter seletivo dessa cidadania regulada. Mesmo com a extensão da formalização ao trabalho rural e, mais recentemente, ao trabalho doméstico, a informalidade é uma marca persistente do mercado de trabalho brasileiro.

Assim, embora a CLT tenha representado um marco regulatório importante, é importante destacar as suas limitações. O contrato de trabalho “padrão” jamais se universalizou no Brasil. Ao contrário dos países centrais, onde predominou a formalização seguida de desregulação, no Brasil a precariedade e a informalidade são estruturais.

Apesar da extensa legislação, os empregadores mantiveram ampla liberdade para ajustar as condições de trabalho às diferentes fases da industrialização e às conjunturas econômicas. As jornadas de trabalho extensas, os baixos salários e as poucas restrições ao exercício do poder patronal são problemas persistentes nas relações de trabalho formais.

Nesse sentido, a manutenção de uma estrutura flexível de regulação do trabalho, articulando o trabalho informal, a viração e a precariedade a um padrão de acumulação marcado pelo elevado grau de flexibilidade no uso e remuneração da força de trabalho são traços característicos do capitalismo brasileiro.

Neoliberalismo e mundo do trabalho: construindo as bases de um regime de acumulação flexível

O esgotamento do pacto social do Estado de bem-estar e a queda do bloco soviético marcaram uma inflexão histórica. Sem que as lutas operárias de 1960 e 1970 insturassem um projeto hegemônico alternativo, o capital reorganizou as relações de produção em resposta à crise do fordismo, consolidando um novo padrão de acumulação flexível, baseado na descentralização produtiva, produção just-in-time, tecnologias de informação e comunicação (TICs), terceirização e financeirização. Nos países centrais, a precariedade assumiu padrões típicos da periferia do capitalismo, que recaíram principalmente sobre imigrantes e pessoas não brancas.

No Brasil, marcado historicamente pela informalidade, as transformações sociais ocorrem não apenas pela ruptura, mas também pela continuidade. A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços, mas tornou-se alvo da ofensiva neoliberal. O Estado brasileiro aprofundou a abertura comercial, privatizações e reprimarização produtiva.

Nos anos 1990, Collor e FHC promoveram flexibilização trabalhista e privatizações, ao passo que nos governos do PT (2003-2016) houve redução da informalidade e expansão do empre-

go formal, mas majoritariamente em setores de baixa remuneração, como o setor de serviços. A expansão do mercado de trabalho brasileiro nesse período foi marcada pela terceirização, com o setor de serviços respondendo por 95% das vagas abertas.

Ainda, a ampliação da contratação via pejotização e MEI – formas jurídicas que mascaram relações de assalariamento, transferindo riscos e custos ao trabalhador – representou o rebaixamento da condição de assalariado formal à de trabalhador sem direitos, intensificando a superexploração típica do capitalismo dependente.

Embora políticas neoliberais tenham sido implementadas no país desde a década de 1990, houve uma aceleração do desmonte da legislação social a partir do golpe parlamentar de 2016. As contrarreformas de Temer aprofundaram a precarização de um mercado de trabalho já marcado pela informalidade. Não houve apenas uma coesão das diferentes frações da burguesia em torno desse desmonte, como também a cúpula dos Poderes se manteve unificada, com o Supremo Tribunal Federal avalizando as decisões do Congresso Nacional. Alguns exemplos desse movimento foram a aprovação da lei da terceirização, que autorizou a expansão da terceirização para as atividades-fim, e da contrarreforma trabalhista, ambas em 2017; a reforma da previdência em 2019; e a aprovação do teto de gastos em 2016,

que constitucionalizou um ajuste fiscal permanente não revogado totalmente até o presente momento.

Esse conjunto de reformas representa o aprofundamento de um regime de acumulação flexível e das formas atuais de exploração. Essa chave de análise remonta à crítica de Chico de Oliveira, que demonstrou a funcionalidade do trabalho informal para a acumulação capitalista. A imbricação entre moderno e arcaico se atualiza quando novas tecnologias, como a geolocalização e o reconhecimento facial, são utilizadas para fiscalizar a entrega de alimentos por jovens periféricos, que pedalam longas distâncias para ganhar menos que um salário mínimo. Em síntese, a perda de formas estáveis do trabalho, a generalização de relações laborais sem direitos e o crescimento do trabalho uberizado sustentam o regime de acumulação flexível consolidado no Brasil.

Desafios do século XXI

Nesse contexto de crise estrutural do capital, o capital financeiro passou a patrocinar grandes empresas que reproduzem, sob novas bases tecnológicas, mecanismos já conhecidos de reestruturação produtiva pós-crise dos anos 1970: enxugamento de custos, rápida adaptação às oscilações da demanda e um novo convencimento ideológico dos trabalhadores por meio dos aparelhos privados de hegemonia. Essa transposição para

os serviços ocorre intensificando a exploração da força de trabalho.

As reestruturações produtivas recentes, impulsionadas pelas inovações tecnológicas da chamada Indústria 4.0, têm reconfigurado amplamente o setor de serviços. Empresas transnacionais avançam sobre áreas antes ocupadas por profissionais autônomos, pequenas e médias empresas nacionais e o próprio setor público. O crescimento do proletariado de serviços e, mais recentemente, do trabalhador uberizado e platformizado, expressa um paradoxo do capitalismo: de um lado, a expansão dos algoritmos, inteligência artificial, big data e redes 5G; de outro, o aumento de jornadas extenuantes, por vezes de 12 horas diárias, seis ou sete dias por semana, com rendimentos rebaixados e direitos corroídos.

Nos serviços, o controle do tempo e da produtividade é potencializado pela gestão algorítmica, que intensifica o ritmo de trabalho e transforma dados em ativos financeiros e publicitários. Diferentemente da indústria, onde a automação e a mecanização podem gerar ganhos expressivos de produtividade, grande parte das atividades de serviços é menos suscetível à substituição de trabalho vivo por máquinas. Essa “doença de custos” faz com que a lucratividade dependa de ataques mais incisivos à classe trabalhadora, por meio do aumento do tempo excedente, intensificação do ritmo

de trabalho e compressão salarial.

O setor de entregas por aplicativos ilustra essa dinâmica. Um dos primeiros segmentos a ser platformizado no Brasil, tornou-se, na segunda década do século XXI, um dos mais dinâmicos e visíveis da classe trabalhadora. Comparado ao motoboy ou ao motofretista de décadas anteriores, o entregador de aplicativo trabalha mais, recebe menos e está submetido a um controle algorítmico mais rígido. Para muitos trabalhadores, trata-se de uma inserção imediata e sem descontos diretos, mas que vem acompanhada da ausência de direitos e proteção social. Se o trabalho assalariado tradicional já impunha jornadas extenuantes, o trabalho uberizado é ainda mais degradado, com jornadas ilimitadas que combinam imprevisibilidade de renda com a ausência de limites temporais regulados.

A reconfiguração produtiva, marcada por platformização, terceirização e gestão algorítmica, não afetou apenas as condições de trabalho, mas também a capacidade de organização coletiva da classe trabalhadora. O enfraquecimento sindical, acelerado desde os anos 1990 e intensificado após 2016, integra essa ofensiva. A extinção da contribuição obrigatória, a fragmentação das categorias e o avanço de vínculos frágeis corroem a base social do sindicalismo tradicional.

No capitalismo dependente brasileiro, a substituição de empregos industriais – historicamente mais

organizados e protegidos – por ocupações precárias no setor de serviços reduziu os espaços de atuação sindical e dificultou sua mobilização. A pejotização e o enquadramento no MEI fragilizaram laços de solidariedade e promoveram valores individualizantes, minando a identidade de classe.

Enfrentar esse cenário exige que o sindicalismo se reinvente, ampliando sua atuação para incluir trabalhadores informais e plataformizados, articulando lutas econômicas e políticas numa estratégia de frente única. A força do movimento sindical no século XXI está em sua capacidade de conseguir reconstruir a solidariedade para além de sua base tradicional, enfrentando o capital por meio de mobilizações amplas, como forma de recompor os sentidos das lutas da classe trabalhadora dos novos tempos.

Nesse quadro, a luta pela redução da jornada de trabalho e pelo fim da escala 6x1 aparece como bandeira atual de resistência, recolocando no centro a disputa pelo tempo de vida frente à lógica de superexploração intensificada pela plataformização.

Classe trabalhadora e luta social no Brasil

O cenário descrito até aqui nos coloca uma questão central para qualquer esquerda organizada em torno de um projeto político revolucionário: quais são os setores estratégicos da classe trabalhadora para a disputa

de poder na sociedade brasileira?

Nesse sentido, Marx deixou elementos que permitem reconhecer pontos de encontro entre suas formulações sobre economia política e formas mais amplas de compreensão das lutas dos povos oprimidos e explorados. Tanto a formação socioeconômica brasileira quanto a composição das relações contemporâneas exigem que a perspectiva sobre o que é a classe trabalhadora incorpore lutas indígenas, quilombolas, das mulheres, da negritude.

Clóvis Moura destaca como a resistência do povo negro à escravização é fundamental para compreender que a questão racial ocupa um lugar central nas disputas de classe no contexto brasileiro. A herança dessas formas de resistência demonstra que a luta pela liberdade sempre esteve vinculada também à luta pelo tempo de vida, o que hoje se expressa em reivindicações como a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, defendidas por amplos setores sociais como condição mínima para assegurar dignidade, saúde e convívio social.

A contribuição da Teoria da Reprodução Social, desenvolvida por feministas marxistas, é decisiva para as reflexões aqui propostas, pois demonstra que a exploração do trabalho de mulheres, especialmente no âmbito da reprodução social, é elemento central tanto na formação histórica quanto no desenvolvimen-

to contemporâneo do capitalismo, constituindo condição indispensável para a própria reprodução da classe trabalhadora. Esse olhar permite compreender como a intensificação da jornada recai de maneira desproporcional sobre as mulheres, que acumulam também o trabalho doméstico e de cuidado não pago.

A incorporação dessa perspectiva mais ampla sobre a classe trabalhadora é necessária porque, historicamente, parte da esquerda brasileira cometeu o equívoco de adotar uma visão centrada exclusivamente na luta operária sindicalizada. Minimizar a importância das demais lutas significa reproduzir uma compreensão míope e limitada da classe trabalhadora brasileira. Do mesmo modo, a luta pela manutenção das garantias da CLT deve ser combinada com a pauta da redução da jornada e da ampliação do tempo livre, articulando direitos históricos com novas demandas que emergem na realidade social brasileira.

Crise climática e mundo do trabalho

O mundo enfrenta atualmente uma crise ecológica de proporções inéditas na história da humanidade, intimamente conectada com as formas de produção capitalistas. Trata-se de uma contradição estrutural, cujo enfrentamento exige a superação do capitalismo e a construção de novas

relações de produção, novos horizontes e outras concepções de mundo.

Nesse sentido, as pautas de defesa da classe trabalhadora estão intimamente ligadas ao enfrentamento dessa crise ambiental. As lutas pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, por exemplo, devem ser articuladas ao debate sobre a superação do paradigma produtivista que orienta as relações de produção capitalistas, devasta o meio ambiente, o trabalhador e responde exclusivamente à lógica do lucro, e não às necessidades da humanidade.

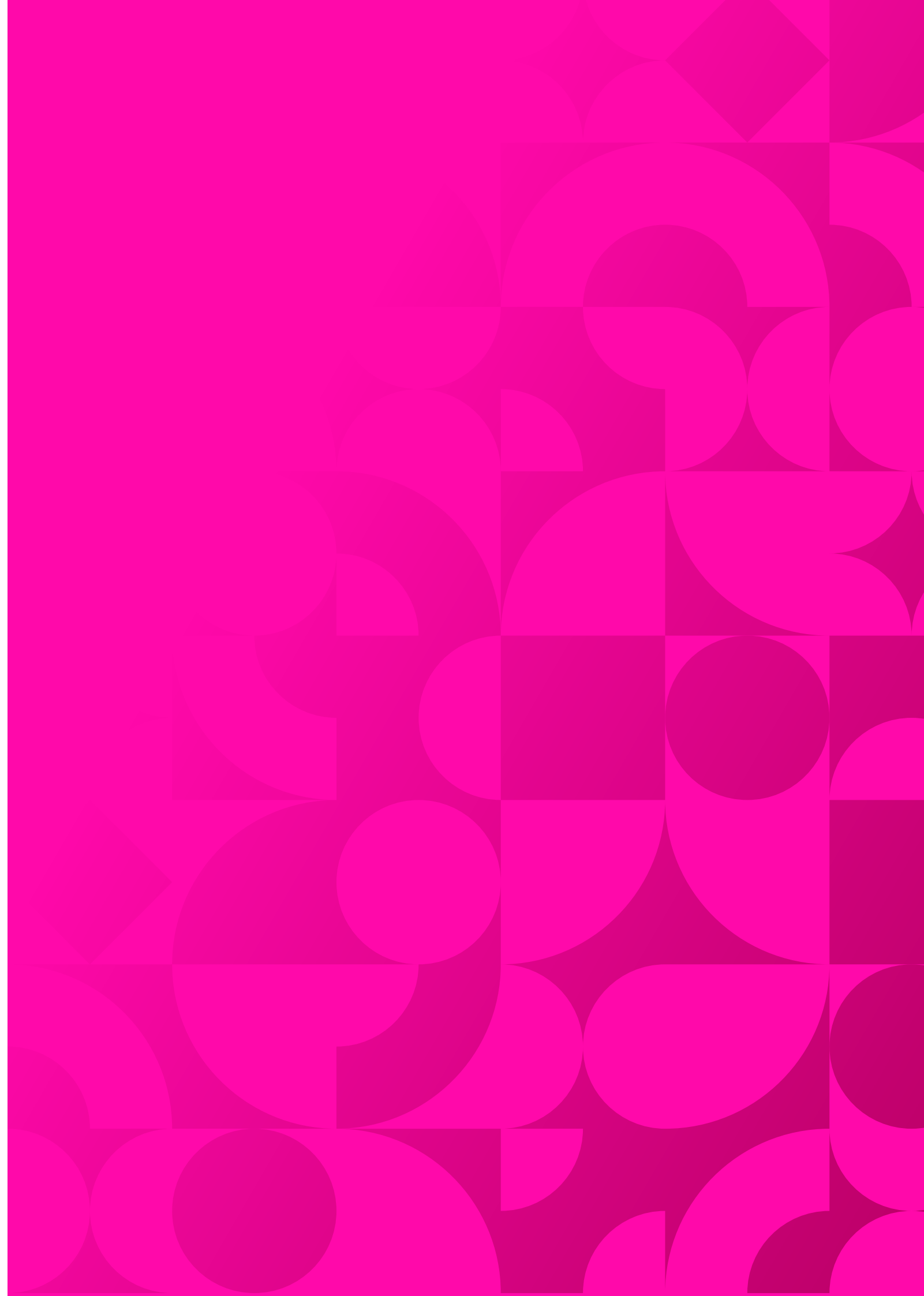
Paralelamente, a defesa de um sindicalismo que pautar a questão ambiental é essencial, dado que os espaços de debate e formulação conjunta da classe trabalhadora são centrais na identificação de pautas estratégicas. É preciso que os sindicatos, coletivos e toda forma de organização das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros se apropriem da pauta ambiental como parte de um enfrentamento estratégico contra o capital.

Nesse bojo, a luta com a crise climática exige que setores da economia brasileira sejam bruscamente desacelerados ou profundamente reconfigurados, como aqueles ligados à exploração de petróleo. Essa necessária alteração nas relações de produção não poderá impactar os trabalhadores que fazem parte desses setores: eles devem ser incluídos em processos de transição de posto de trabalho, com garantia de emprego e renda.

Da mesma forma, é preciso que a luta no campo das relações de trabalho incorpore uma crítica radical às noções de progresso e desenvolvimento tal como concebidas pelo capitalismo. O produtivismo e o consumismo que marcam a sociedade da mercadoria devem ser superados por outras noções de desenvolvimento social, fundadas na centralidade da vida humana e em

relações ecológicas equilibradas. Diante da crise climática em curso, é necessário que esse horizonte componha as lutas daqueles e daquelas que vivem do seu próprio trabalho. ■

Ederson Duda, Lucas Zinet, Marco Gonsales, Matheus Silveira, Renan Oliveira e Tassia Almeida são militantes da Insurgência.



Por um novo modelo econômico nacional amparado nas lutas do povo trabalhador e rumo ao socialismo

APS • Alicerce • Centelhas,
Fortalecer o PSOL • Insurgência
Reconstrução-Democrática • LSR
• MES e Rebelião Ecosocialista



Desde os anos 90, com o processo de desindustrialização e a crise econômica herdada da Ditadura Militar, aprofundamos nossa posição de país dependente, combinando um modelo agroexportador com um rentismo bastante agressivo, o que ampliou nossa vulnerabilidade no contexto atual do imperialismo.

Diante dos desafios sociais e econômicos que o Brasil enfrenta, é urgente mudar a política econômica, priorizando o investimento nas áreas sociais, realizando mudanças estruturais de caráter popular e estimulando políticas que fortaleçam a nossa soberania nacional. Nas últimas décadas, testemunhamos o aprofundamento de uma agenda neoliberal que desmantelou direitos, precarizou o trabalho e limitou a capacidade do

Estado de intervenção na economia e de investimentos em políticas sociais. As reformas regressivas trabalhista e previdenciária, a imposição de políticas fiscais e monetárias restritivas, a concentração de renda e as privatizações desenfreadas são apenas algumas faces de um sistema que tem penalizado a maioria da população em favor do grande capital brasileiro e internacional.

Este documento retoma pontos acumulados pelo partido desde sua fundação, com base na longa trajetória de entendimento das condições do Brasil no capitalismo mundial. Nós nos opomos a essa lógica destrutiva, defendendo um caminho de reconstrução dos direitos, de inversão das prioridades econômicas e de construção de um futuro onde os interesses materiais e culturais do povo

trabalhador sejam posto em primeiro lugar. O PSOL deve apresentar uma visão clara sobre como é possível construir um futuro mais justo, no qual a revogação de medidas regressivas, a reforma tributária progressiva, a reestatização de setores estratégicos e o enfrentamento ao sistema da dívida pública (subordinada a interesses de uma minoria de privilegiados) e da política de juros altos sejam pilares de um projeto estratégico para nosso país.

Fortalecimento da soberania nacional

Frente ao ataque promovido pelo governo Trump em conjunto com o bolsonarismo e outras lideranças da direita contra a economia brasileira, é possível retomar uma agenda de fortalecimento da soberania nacional. O envio de navios pelos EUA a águas venezuelanas significa uma ameaça à soberania na região, mostrando como o imperialismo norte-americano está em um momento mais agressivo. Defendemos a Venezuela frente a qualquer ataque imperialista.

Neste contexto, também se abre uma nova oportunidade para tentarmos retomar a ofensiva. E, talvez, a luta consequente por soberania seja a única bandeira que pode derrotar de forma estrutural o avanço do fascismo no Brasil. Mas a soberania não se resume à busca por novos mercados ou menores tarifas para nossos

produtos. Soberania é romper com a dependência histórica de nosso país.

De forma imediata, é importante ampliar o escopo da Lei da Reciprocidade Econômica, incluindo medidas sobre remessas de lucros, royalties e serviços. Além disso, é fundamental aumentar o investimento nos setores de ciência e tecnologia visando a responder às necessidades fundamentais da população brasileira. Também devemos ser firmes na luta pela regulamentação das big techs, no desenvolvimento autônomo dessas tecnologias e no controle e regulamentação estatal das terras raras brasileiras, pontos que não podem servir de moeda de troca sob o risco de aumentar nossa subordinação ao imperialismo norte-americano e chinês.

Para esse projeto se pôr em prática é decisivo ter um Estado forte. Que rompa com as amarras neoliberais como o Novo Arcabouço Fiscal, os ataques às políticas sociais e de atenção à população, e os ataques aos servidores públicos, como a Reforma Administrativa. O Banco Central tem que estar subordinado à política econômica e monetária do governo brasileiro e estar a serviço do povo brasileiro, com controle das reservas internacionais e comércio exterior. É necessária a retomada das empresas estratégicas de energia, recursos hídricos, saneamento e da base de Alcântara. Pela soberania alimentar, devemos avançar na reforma agrária popular, como proposta pelo MST.

Enfrentamento à agenda da austeridade

Para encararmos os desafios apontados anteriormente, é importante enfrentar a agenda de austeridade, pilar fundamental do projeto neoliberal. O tripé macroeconômico (metas de superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação) consolidou-se como um pilar estrutural da organização econômica brasileira desde sua implementação, em 1999. Essa política se tornou o alicerce da gestão fiscal e monetária do país e não foi rompida pelos governos petistas.

Associado ao tripé macroeconômico, hoje assistimos à consolidação de um quarto pilar: o teto de gastos que funciona como mecanismo de destruição permanente dos gastos sociais e investimentos públicos e ampliação das privatizações. O teto de gastos, que foi introduzido por Temer como medida “temporária” até 2026, com possibilidade de prorrogação por mais dez anos, foi atualizado e institucionalizado pelo Novo Arcabouço Fiscal como uma regra permanente de compressão dos gastos sociais e dos investimentos públicos, aprofundando o processo de mercantilização e privatização das esferas da produção e reprodução social da vida. Na prática, trata-se de uma política fiscal que inviabiliza matematicamente o cumprimento dos pisos constitucionais da saúde e da educação bem como uma política de valorização do salário mínimo que acompa-

nhe, ao menos, o crescimento do PIB, e isso impacta diretamente no valor dos benefícios previdenciários e assistenciais da camada mais pobre da classe trabalhadora e, por óbvio, toda a classe trabalhadora.

Portanto, derrotar o Novo Teto de Gastos e qualquer outra política de ajuste fiscal em cima dos trabalhadores e dos direitos sociais é tarefa fundamental para qualquer programa de reconstrução do Estado para atender às demandas populares e de ruptura com a lógica da austeridade perpétua imposta à classe trabalhadora.

Bilionários não deveriam existir

De acordo com a Oxfam (2014), o número de milionários no mundo dobrou a partir da crise financeira de 2008. De acordo com dados recentes da Receita Federal, três pessoas ganham quase R\$ 1 bilhão por ano e pagam somente 1,5% de Imposto de Renda (IR). Dados recentes mostram que a renda dos super-ricos brasileiros cresce a 6,9% ao ano, enquanto a renda do brasileiro mediano cresce apenas 1,4%, aumentando a concentração no topo da pirâmide.

Por isso, o combate aos bilionários e aos privilégios dos mais ricos é fundamental. É importante avançar com a isenção do IR até 5 mil reais, porém é uma medida insuficiente, inclusive porque não há previsão de correção monetária desse valor, que se dete-

riorará ao longo do tempo. Temos a necessidade também de uma profunda reforma tributária, que inverta a atual lógica que faz os impostos pesarem fundamentalmente sobre o trabalho e o consumo, e não sobre a riqueza e a propriedade, fazendo com que quem ganha menos pague proporcionalmente muito mais imposto do que quem ganha mais. Defendemos a taxação das grandes fortunas e heranças, pesados impostos sobre a renda dos mais ricos e alívio da carga tributária sobre a classe média e os mais pobres. Defendemos o fim da isenção no imposto de renda para os lucros distribuídos a quem investe na desestatização dos serviços públicos em curso no país, conforme estabelecido por decreto presidencial em 2023.

Reestatização de setores estratégicos

Somos contra as privatizações. Defendemos a reestatização das empresas estatais privatizadas, como a Eletrobrás, e dos setores da cadeia de produção e distribuição da Petrobras, entre outros. Os grandes projetos de transição energética devem ficar sob controle direto do Estado. Defendemos o investimento e o fortalecimento das empresas públicas. O Estado brasileiro deve retomar o controle e a gestão dos núcleos econômicos fundamentais do país. Associado a essa questão, é preciso instaurar uma gestão democrática que envolva a classe trabalhadora e a

sociedade civil. As privatizações dos serviços essenciais também devem ser revertidas, como no sistema de transporte metroviário, abastecimento de água e energia, saneamento, entre outros. Não faltam exemplos de casos em que os serviços ficam mais caros e piores. As privatizações impedem o controle social dos usuários e trabalhadores e a participação democrática em decisões fundamentais para preservar o caráter público.

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado em 2016 para alavancar o processo de desestatização por meio das Parcerias Público Privadas (PPPs), vem se ampliando fortemente desde 2023, beneficiando diversos setores privados em nível nacional, e no último período, se expandiu para saúde e educação. E, de forma ainda mais absurda, para os sistemas prisional e socioeducativo, mercantilizando o encarceramento e violando direitos humanos.

Dívida Pública e Política de Juros

A auditoria da dívida pública segue absolutamente atual como instrumento de enfrentamento ao arcabouço institucional que sustenta a hegemonia do capital financeiro no Brasil. A política monetária — conduzida por um Banco Central formalmente autônomo do controle democrático, mas funcionalmente subordinado aos interesses do mercado — opera com

base em metas de juros que figuram, de forma persistente, entre as mais altas do mundo em termos reais.

O impacto fiscal dessa engrenagem é profundamente regressivo. Em 2024, foram transferidos aproximadamente R\$ 1 trilhão aos detentores de títulos da dívida pública — bancos e rentistas. Em 2025, tudo indica que o país alcançará o maior patamar deste século no pagamento de juros em relação ao PIB, marcando um novo recorde da série histórica.

Para cada ponto percentual acrescido à taxa Selic, estima-se um gasto adicional de cerca de R\$ 55 bilhões. Trata-se, portanto, de um dos mais eficazes mecanismos de redistribuição de renda às avessas: do fundo público para o topo da pirâmide social.

É imprescindível auditar e fiscalizar se os fundamentos econômicos alegados de fato justificam as decisões do Conselho Monetário Nacional no que se refere à taxa básica de juros. A política monetária, como qualquer política pública, deve ser objeto

de escrutínio social. Suas consequências orçamentárias — profundamente regressivas — precisam ser debatidas à luz do interesse das maiorias nacionais, e não capturadas por uma racionalidade de mercado travestida de neutralidade técnica.

Além disso, a taxa Selic é sustentada por mecanismos como as operações compromissadas, que envolvem a remuneração diária e garantida de bancos privados para assegurar

a gestão da liquidez e a determinação diária da taxa de juros no mercado interbancário. Esse instrumento, pouco compreendido pela maioria da população, opera como um canal permanente de transferência de recursos públicos para o setor financeiro, reforçando a concentração estrutural de renda e poder.

A opacidade desses mecanismos e sua naturalização institucional tornam a auditoria da dívida uma tarefa urgente — não apenas técnica, mas, sobretudo, política e pedagógica. É necessário expor, em linguagem acessível, como se estrutura essa engrenagem que opera como justificativa para aprisionar o orçamento público, limitar a ação do Estado e perpetuar a subordinação do país ao rentismo.

Com a aprovação da chamada “autonomia” do Banco Central e a manutenção de uma política de juros estruturalmente elevados, essa luta torna-se ainda mais decisiva. Enfrentar a transferência crescente de recursos para os rentistas, enquanto a austeridade fiscal esmaga o orçamento destinado à classe trabalhadora, é disputar o fundo público — e recolocá-lo a serviço da maioria.

Além disso, é fundamental fortalecer mecanismos de regulação sobre o sistema financeiro e o papel das instituições estatais, caminhando para a hegemonia do setor público estatal, o que necessariamente deve nos levar a uma estatização e democratização do sistema financeiro. ■

Mundo do Trabalho: por uma política emancipatória e igualitária

APS • Alicerce • Centelhas,
Fortalecer o PSOL • Insurgência
Reconstrução-Democrática • LSR
• MES e Rebelião Ecosocialista



Nenhum trabalho sem direitos

Ao contrário do que alegam liberais e conservadores, não existe o “fim da classe trabalhadora”. Ser da classe trabalhadora significa que, para ganhar a vida, você tem que vender sua capacidade de trabalhar, seja para outra pessoa ou para um “aplicativo”. Em um capitalismo em crise multidimensional e com uma concentração de renda cada vez maior, podemos afirmar que a classe não só não acabou, mas se diversificou e fragmentou. A fábrica se transformou em uma moto, uma bicicleta, uma faxina, um carrinho de tapioca, uma barraca, um carro etc. Junto do operário metalúrgico, da professora, do pedreiro, estão o atendente de telemarketing, os am-

bulantes, as diaristas, entregadores e motoristas de aplicativos. A classe que vive do trabalho é a maioria da nossa sociedade, e ela tem gênero e raça, combinando exploração e opressão.

Porém, apesar do número de trabalhadores em vários setores crescer em escala global, há também, contraditoriamente, uma enorme redução dos empregos, especialmente os vinculados a carreiras estáveis e com direitos. Isso ocorre porque ampliou-se a automação, a informalidade, os contratos flexíveis, o trabalho intermitente e autônomo, o que muito se aproxima, na prática, de uma condição de desemprego. Não estamos, pois, diante do fim do trabalho, mas de novas formas de ser da classe trabalhadora. Sem falar que a informalidade se soma ao racismo historicamente estruturado

nas relações sociais e de trabalho no Brasil. Afinal, muitos acabam sendo também criminalizados e perseguidos, seja dentro dos elevadores dos prédios em bairros nobres, seja com a criminalização do próprio meio de trabalho pelas ruas da cidade, como o caso dos ambulantes e camelôs, condição, por exemplo, de muitos imigrantes em nosso país.

A tendência dessa nova era da precarização estrutural do trabalho pode ser definida por quatro características fundamentais: uma intensificação da exploração; uma hegemonia da lógica flexível de contratos ou relações de trabalho; o “empreendedorismo” como forma prioritária de trabalho assalariado e, por fim, a crescente subsunção real do trabalho ao capital, agora sob a regência do mundo digital e algorítmico. Em resumo, na relação social entre o trabalhador e o patrão, o trabalho está mais desregulado no aspecto dos direitos e mais precarizado no aspecto dos deveres. Não por acaso, vivemos uma epidemia de crises de saúde mental vinculadas à condição de trabalho e à lógica neoliberal, que mercantiliza todas as esferas da vida.

A classe trabalhadora brasileira, em toda a sua diversidade e interseccionalidade, tem lutado há décadas por reconhecimento e redistribuição, tanto em seu trabalho produtivo quanto reprodutivo. O Estado deixou de garantir nossos direitos e jogou tudo nas mãos do mercado. A tal “mo-

dernização” do trabalho só trouxe mais exploração, mais insegurança e mais humilhação para quem vive do próprio suor. O que chamam de “parceria”, “autonomia” ou “empreendedorismo” é, na verdade, a naturalização da falta de direitos!

Por isso, devemos apoiar toda mobilização da classe, nas suas greves, marchas e “breques”, em luta pelo direito ao trabalho digno com proteção social e trabalhista, colocando como carro-chefe a luta pelo fim da escala 6x1, junto de tantas outras bandeiras históricas e atuais, como mais concursos públicos para diversas carreiras, revogação das reformas trabalhista e da previdência, contra as privatizações e as terceirizações. Nossa aposta é na força do programa que pode mobilizar a classe trabalhadora, na sua auto-organização enquanto classe e confiança em saídas coletivas.

Fim da escala 6x1: por uma vida além do trabalho

A luta pela redução da jornada de trabalho está no movimento dos trabalhadores desde seu início. No entanto, voltou à cena no Brasil após mobilização do VAT, mostrando que é possível ter pautas de maioria social defendendo o direito dos trabalhadores. Em um cenário de desmonte dos direitos trabalhistas e aumento da precarização do trabalho, o PSOL é o partido que encabeça essa luta no parlamento. Pesquisas mostram que

ela tem amplo apoio popular, porém, é necessário ir para além da luta institucional e apostar na mobilização permanente da classe trabalhadora. A greve da PepsiCo colocou a luta no chão da fábrica. O governo hesita em não encampar de forma decidida essa pauta. As centrais sindicais vacilam. A repercussão dessa pauta mostra como bandeiras tão fundamentais da classe trabalhadora, ao contrário do que afirmam a velha cantilena dos liberais e até alguns setores de esquerda, seguem tendo apelo de mobilização.

Revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária

Nas últimas décadas, vimos um desmonte dos direitos dos trabalhadores, como a contrarreforma da previdência de 2004 – marca do governo Lula 1, que resultou na expulsão dos radicais e fundação do PSOL –, que foi aprofundada nas contrarreformas trabalhista e da previdência dos governos Temer e Bolsonaro, que precarizaram ainda mais as relações de trabalho. Somos contra as reformas neoliberais. Somos a favor de reformas que melhorem a vida da maioria do povo, como a reforma agrária e a reforma urbana, e de uma atualização das leis trabalhistas que garanta renda, direitos e condições adequadas para novas formas de trabalho.

A CLT está sob constante ataque.

Uma das tendências mais preocupantes é a naturalização da “pejotização”, situação em que empresas contratam trabalhadores como pessoas jurídicas (PJs) para disfarçar relações de emprego. Uma contrarreforma trabalhista vem sendo feita por cima, via Supremo Tribunal Federal, fragilizando a competência da Justiça do Trabalho e a proteção social.

Paralelamente, assiste-se a uma ofensiva estrutural contra a Previdência Social – particularmente contra os beneficiários que recebem o piso de um salário mínimo – e contra o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos e pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade. A pressão sobre esses programas tende a se intensificar nas próximas décadas, pois o próprio processo de precarização das relações de trabalho – marcado pelo avanço da informalidade, dos vínculos intermitentes e da “pejotização” –, associado às isenções fiscais e calotes das empresas, reduzirá a base contributiva previdenciária e ampliará de forma estrutural o contingente de pessoas dependentes de benefícios assistenciais.

Do ponto de vista fiscal, como a taxa de crescimento das despesas com previdência e BPC é sistematicamente superior à taxa de expansão global do orçamento imposta pelo teto de gastos, essas políticas tornaram-se alvos prioritários da austeridade permanente. O método adotado é o do ataque sorrateiro:

alterações normativas e procedimentais que, sob o pretexto de “modernização”, “combate a fraudes” ou “eficiência administrativa”, restringem critérios de elegibilidade, elevam exigências documentais, multiplicam revisões e indeferimentos e introduzem barreiras de acesso cada vez mais complexas.

Trata-se de um desmonte planejado e incremental, cuja soma de mudanças gera um efeito cumulativo devastador: a cada ajuste de regra, um contingente maior de trabalhadores pobres, idosos e pessoas com deficiência é excluído ou tem seu benefício retardado, deslocando o peso do ajuste fiscal para os setores mais vulneráveis. No fundo, essa política não é técnica nem inevitável: ela expressa a prioridade dada à manutenção de superávits primários e à garantia do pagamento da dívida pública, subordinando direitos sociais à lógica de rentabilidade do capital financeiro.

Defendemos a revogação das contrarreformas trabalhista e da previdência, revertendo integralmente os ataques que desmontaram direitos e, ao mesmo tempo, avançando para a construção de um sistema de proteção social e previdenciário muito mais amplo e robusto. As transformações em curso no mundo do trabalho – como a expansão da uberização e da informalidade, somada ao impacto disruptivo da inteligência artificial, que tende a excluir parcelas

crescentes da população do emprego formal – exigem uma resposta diametralmente oposta à lógica atual de austeridade e flexibilização.

É necessário disputar os ganhos de produtividade gerados por essas inovações para beneficiar a maioria, e não apenas o capital. Isso significa reduzir a jornada de trabalho sem redução salarial, diminuir a idade mínima e o tempo de contribuição para aposentadoria, além de ampliar a cobertura e o valor dos benefícios. Um sistema de proteção fortalecido, com financiamento progressivo e estabilidade orçamentária, é condição para assegurar que o avanço tecnológico e as novas formas de organização produtiva sirvam à emancipação social, e não ao aprofundamento da desigualdade.

Também são necessárias iniciativas do Estado que estimulem e financiem formas de trabalho autogestionadas, isto é, sob controle dos próprios trabalhadores. Nosso objetivo estratégico é a desalienação do trabalho de milhões de brasileiros e brasileiras. Para tanto, as mudanças no mundo do trabalho devem associar-se diretamente ao combate aos grandes monopólios privados (industrial, comercial, rural e de serviços).

Trata-se, portanto, de colocar em primeiro plano os objetivos de emancipação da classe trabalhadora, articulando lutas imediatas, programa de transição e nosso horizonte histórico socialista. ■

O modelo econômico e social brasileiro no contexto das lutas populares e do neoliberalismo

Ricardo Souza • Primavera socialista



O modelo econômico brasileiro é marcado por contradições estruturais que se expressam em profunda exclusão social, pobreza, fragilidade da proteção social e precarização do trabalho. Tais contradições não são circunstanciais, mas refletem a herança de um modelo colonial que forneceu as bases para um país subordinado ao modelo capitalista e imperialista vigente.

A colonização no Brasil teve dinâmicas regionais diversas. No Nordeste, persistiu a estrutura latifundiária herdada da escravidão, com concentração de terras e pouca diversificação. No Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, prevaleceram pequenas propriedades familiares, enquanto no Espírito Santo imigrantes italianos atuaram em lotes agrícolas ou como parceiros. Minas Gerais com-

binou trabalho escravizado e pequenas mineradoras. Em São Paulo, a imigração europeia substituiu a mão de obra escravizada no café, estimulando urbanização e industrialização. No Norte, políticas ocuparam a Amazônia, ampliando a exploração econômica. Esses processos moldaram desigualdades e padrões de uso da terra ainda presentes. Ao longo dos últimos dois séculos, o modelo econômico nacional alternou fases de primarização – com forte dependência de produtos agrícolas e minerais de exportação – e tentativas de industrialização voltadas ao mercado interno, especialmente durante o século XX, impulsionadas por políticas de substituição de importações.

O século XX também foi marcado por lutas populares que encontraram a resistência da classe dominante, inclusive com uma cultura golpista

e antidemocrática. No final da década de 1970, abriu-se um momento histórico deveras contraditório e que elaborou traços fundamentais da atualidade. No prisma econômico, a profunda crise da dívida externa e a inflação crescente minaram as bases da ditadura militar. Em paralelo, as greves do movimento operário no ABC impulsionariam um período de lutas que marcaram a década de 1980, inclusive se expressando na fundação do PT e da CUT e inscrevendo avanços significativos no texto constitucional em termos de direitos sociais, ambientais e políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).

Esse momento cria as condições para a vitória do governo Lula, em 2002, inaugurando 13 anos e 5 meses de governos petistas, interrompidos pelo golpe parlamentar-judiciário-midiático contra a presidenta Dilma. O governo Lula foi capaz de combinar uma conjuntura econômica de crescimento, em especial com o chamado boom das commodities, com um poderoso programa de redistribuição de renda, permitindo que os ganhos em favor do povo pobre e oprimido não precisassem, conjunturalmente, exigir renúncias do “andar de cima”. O governo Dilma, por seu turno, precisou enfrentar uma conjuntura econômica mais adversa, tentando manter os ganhos sociais, com destaque para o nível de emprego, sem se contrapor ao “ajuste fiscal” e aos interesses do ca-

pital, vinculados à doutrina do ajuste.

Se o período de crescimento das lutas populares e sociais foi capaz de expressar conquistas relevantes na face econômica e social brasileira, a linha mestra da política econômica excludente manteve-se intacta. Para dar resposta à inflação, à dívida externa e às novas demandas do capitalismo internacional, os governos Collor e FHC impulsionaram a estratégia neoliberal e privatizante que marcou as décadas seguintes. Nesse contexto, os governos petistas não foram capazes de romper a linha estratégica básica e, por conseguinte, é possível fazer um balanço do saldo de 35 anos de implementação dessa linha política.

Acrescente-se, a esses fatores, o profundo processo de reestruturação produtiva pelo qual passaram o Brasil e o mundo, que substituiu o modelo taylorista-fordista marcado pela chamada “linha de produção” por um processo crescente de práticas e métodos como o Toyotismo, a terceirização, a pejotização, o trabalho sob plataforma, a robotização e a inteligência artificial.

O fracasso do neoliberalismo e a precarização em um modelo pós-escravista

A partir da vitória eleitoral de Fernando Collor, em 1989, a classe dominante iniciou a implementação, no Brasil, da estratégia econômica focada no neoliberalismo e na priva-

tização, inaugurada no Chile (1973) e alçada a projeto da burguesia mundial no Reino Unido (1979 a 1990) e nos EUA (1981 a 1989). Essa estratégia visava responder à crise do capitalismo que, naquela conjuntura, já se expressava na queda da taxa de lucro e em sucessivos períodos de recessão.

A promessa: privatizar os serviços públicos e reduzir o papel do Estado (os direitos sociais) traria bons resultados, tais como a melhoria da qualidade dos serviços públicos e ampliação do seu acesso, equilíbrio fiscal, melhores preços para a população e crescimento econômico com prosperidade.

Sob esse signo, o Brasil viveu quase quatro décadas de privatizações, reformas da previdência e do trabalho, e financeirização do poder econômico. Em paralelo, a já citada reestruturação produtiva impulsionou a precarização do mundo do trabalho. É importante anotar que essa reestruturação não criou o trabalho precarizado, mas agudizou uma característica que já era marcante em uma sociedade pós-escravista, na qual o modelo construído sob o colonialismo português insistia em permanecer regulando, na República, as relações de trabalho e de posse da terra.

Assim, não é por acaso que os indicadores econômicos e sociais se expressem como um pesado fardo à maioria da população negra, feminina e jovem – e esse já deve ser o balanço acerca do saldo desses últimos 40 anos de políticas neoliberais

e privatizações! A desigualdade de renda no Brasil segue alarmante. Em 2024, os 10% mais ricos receberam, em média, 13,4 vezes mais que os 40% mais pobres – R\$ 8.034 contra R\$ 601 –, e o 1% mais rico obteve 36,2 vezes mais que os 40% mais pobres. Esses dados evidenciam a concentração de renda persistente, com impacto direto nas oportunidades econômicas e sociais. No recorte racial e de gênero, a exclusão das mulheres negras e pardas é expressiva: entre 2012 e 2023, a renda média das pessoas negras foi 58,3% dos rendimentos obtidos por pessoas brancas. Em 2024, a taxa de desemprego das mulheres negras foi mais que o dobro da dos homens não negros; a informalidade atingiu 41% delas contra 31,9% entre não negros; e a subutilização chegou a 16,7%, ante 7,5% para homens não negros. Em 2022, 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam na informalidade, acima da média nacional de 40,1%.

A estrutura familiar também mudou: o Censo 2022 mostrou que mulheres chefiavam 49,1% dos lares (36,6 milhões de domicílios). No fim de 2024, esse percentual passou a 51,7% (41,3 milhões), evidenciando o papel central das mulheres, especialmente negras, como provedoras, muitas vezes em condições desiguais no mercado de trabalho. A juventude negra é mais exposta ao trabalho via plataformas digitais. Segundo o Dieese (2021), a participação de jovens negros (até 24 anos) nessas ativida-

des é 18% maior que a de jovens não negros, reflexo do desemprego e da concentração em periferias. Trabalhadores negros, no geral, enfrentam mais desemprego e informalidade: no 4º trimestre de 2024, o desemprego foi de 4,9% entre brancos, 7,5% entre pretos e 7% entre pardos.

Também no aspecto ambiental nota-se o fracasso do modelo econômico brasileiro agravado pelo neoliberalismo. O racismo ambiental expõe a população negra, sobretudo em comunidades periféricas e quilombolas, a impactos desproporcionais da degradação ambiental. Localizadas próximas a áreas poluentes ou de risco, essas comunidades sofrem mais com enchentes, deslizamentos e falta de saneamento. Casos recentes, como as enchentes em Porto Alegre e o calor extremo nas favelas do Rio, revelam que a infraestrutura precária e a ocupação irregular aumentam sua vulnerabilidade. No cenário geral, o país enfrenta desafios como desmatamento na Amazônia, perda de biodiversidade, poluição de rios e mares e efeitos das mudanças climáticas, incluindo secas prolongadas e chuvas intensas. A expansão agropecuária e a exploração ilegal de recursos aceleram a degradação, enquanto a urbanização desordenada intensifica enchentes e ilhas de calor. Essa combinação ameaça o meio ambiente, a segurança alimentar, a economia e a saúde pública.

Oferecer à esquerda, aos movimentos sociais e ao povo, um projeto econômico de poder e emancipação social

A construção do Programa PSOL+20 deve enfrentar as contradições do modelo econômico e social brasileiro. Mais que ajustes, é preciso romper com o receituário neoliberal que sustenta uma política excludente e bloqueia um projeto popular e democrático no qual a riqueza produzida pela maioria seja partilhada em favor dela e expressa em vida digna.

No plano econômico, é necessário romper com privatizações, ajustes fiscais e dependência externa, reolocando o Estado como planejador e investidor que defende a soberania, controla setores estratégicos, enfrenta o capital financeiro e as corporações transnacionais. **Nesse contexto, é fundamental a compreensão de que o Estado deve agir (1) para que os ganhos de produtividade humana se revertam em qualidade de vida para todos, em vez de gerar mais lucros para o capital; (2) para que o orçamento do Estado tenha como prioridade a maioria da população (mulheres, população negra, juventude...) e (3) que os avanços tecnológicos estejam a serviço da coletividade, e não dos oligopólios.**

Ademais, pensar o modelo econômico e o mundo do trabalho exige apresentar propostas que contemplem amplos segmentos invisibiliza-

dos, tais como o trabalho informal, a economia do cuidado e do trabalho reprodutivo ou doméstico não remunerado. É sob este signo que as propostas abaixo chamam à reflexão e ao debate:

1. Reforma estrutural na economia e na propriedade da terra: promover reforma agrária ampla para romper com a concentração fundiária herdada do período colonial e escravocrata; apoiar formas coletivas e cooperativas de produção, voltadas à soberania alimentar e à diversificação produtiva; controlar a expansão predatória do agronegócio, exigindo contrapartidas sociais aos investimentos públicos nesse segmento e incentivando práticas agroecológicas.

2. Fomento ao desenvolvimento tecnológico com ganhos sociais para o trabalho sob plataforma, em especial com o associativismo e cooperativismo: que os órgãos de fomento à pesquisa e inovação, os institutos de pesquisa, os órgãos e agências de inovação e os bancos públicos tenham como diretriz a quebra de oligopólios e combate à concentração de renda, fomentando e financiando o desenvolvimento da tecnologia para o compartilhamento com segmentos como trabalhadores plataformizados, trabalhadores informais, pequenos produtores e assentados da reforma agrária.

3. Estabelecimento de Compras Públicas Populares: utilizar o poder

de compra do Estado como mecanismo de empoderamento popular, distribuição de renda e inclusão social. Para isso, a Lei de Licitações deve ser reformulada, garantindo que parte das compras da União, estados e municípios seja destinada, preferencialmente, a associações e cooperativas populares. Os critérios de contratação devem objetivar a inclusão econômica e social de pessoas e territórios, bem como o enfrentamento de problemas como violência de gênero, discriminação racial, LGTBfobia e desigualdades que afetam pessoas com deficiência.

4. Revogar reformas regressivas como a reforma trabalhista de 2017 e mudanças previdenciárias que reduziram direitos.

5. Reforma popular do trabalho e da previdência: promover um projeto que combine justiça tributária, inclusão da população, direito ao trabalho, previdência e assistência social, garantindo:

- a.** Tributação dos mais ricos, Big Techs e dos ganhos de produtividade, com recursos revertidos para fazer o financiamento dos ganhos sociais;
- b.** Redução da jornada de trabalho sem redução da renda, gerando mais empregos e mais contribuintes para a seguridade social;
- c.** Renda mínima para os trabalhadores informais e economia do cuidado, do trabalho reproduti-

vo ou doméstico não remunerado;

d. Ampliação da proteção previdenciária para além do trabalho formal, acolhendo os trabalhadores informais e a economia do cuidado, do trabalho reprodutivo ou doméstico não remunerado.

6. Combate às desigualdades raciais e de gênero: implementar políticas específicas de inclusão econômica para mulheres negras, jovens negros e populações periféricas, combatendo a informalidade e a precarização. Garantir igualdade salarial e oportunidades, além de políticas de reparação histórica.

7. Fortalecimento e universalização das políticas sociais: Ampliar investimentos em saúde (SUS), educação pública, habitação e assistência social. Financiar programas de transferência de renda de forma sustentável, articulados a políticas de emprego e formação profissional.

8. Transição ecológica e justiça ambiental: Enfrentar o racismo ambiental com políticas que priorizem a proteção de comunidades negras, indígenas e periféricas contra riscos ambientais. Adotar uma transição energética justa, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e estimulando energias renováveis. Proteger biomas estratégicos (como a Amazônia e o Cerrado) e combater o desmatamento ilegal e a grilagem de terras. Urbani-

zar e dotar de infraestrutura adequada áreas vulneráveis a enchentes, deslizamentos e calor extremo.

9. Revogação das políticas de ajuste fiscal, retirar o Banco Central do controle da fração financeira da classe dominante e enfrentar a política de juros altos dominante.

10. Investir no desenvolvimento econômico visando à agregação de valor ao modelo industrial brasileiro de forma articulada com a proteção ambiental, a qualidade de vida da população e a inclusão social.

Vemos, portanto, o quanto é necessário alçar o programa do PSOL aos novos desafios. O debate profundo deve, assim, produzir um verdadeiro instrumento de luta. O Programa PSOL+20 é uma oportunidade concreta de transformar indignação em ação e esperança em realidade. Ao unir forças populares e propostas ousadas, é possível enfrentar velhas estruturas e abrir caminhos para uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Com coragem e organização, podemos construir um Brasil que coloque a vida e a dignidade no centro de seu projeto de futuro. ■

Ricardo Souza é advogado, mestre em Políticas Públicas e membro do Diretório Nacional do PSOL. É militante da Primavera Socialista.

Transformações no mundo do trabalho, novas formas de organização social e nova agenda de direitos para a classe trabalhadora

Revolução Solidária



Vivemos uma mudança de período histórico em escala global. O acirramento dos conflitos sociais a partir de 2008 não diz respeito apenas à crise econômica daquele ano, mas também à profunda reestruturação produtiva resultante dos avanços tecnológicos, bem como à emergência da China como nova potência global, rivalizando com os EUA. A China como principal plataforma industrial do mundo, o deslocamento de parte das indústrias do ocidente para a Ásia e a crescente robotização e automação da produção extinguíram empregos industriais de melhor remuneração em larga escala na Europa, EUA, e em polos industriais na América Latina e no Brasil. Milhões de operários perderam seus empregos com o deslocamento das fábricas para a Ásia, ou porque a tecnologia tornou suas funções obsoletas. Esse é um proces-

so irreversível com fortes consequências sociais e políticas. Para gerações de trabalhadores que pensavam ter saberes e profissões garantidas para toda a vida, o futuro carrega uma enorme insegurança. Suas referências e seu mundo desmoronaram. Novos instrumentos da produção material escapam à lógica industrial e geram resultados ao mesmo tempo promissores e devastadores.

A expansão tecnológica prevista para os próximos anos inclui um crescimento exponencial da capacidade de armazenar e processar gigantescas bases de dados. Não por acaso, rankings recentes das empresas mais valiosas do mundo são encabeçados por empresas movidas por dados gerados pelos usuários. Para além de alimentar a indústria mais lucrativa da atualidade, dados, algoritmos, suas ciências, tecnologias, usos e aplicações oferecem possibilidades para

melhorar a vida pública e privada, ao mesmo tempo que implicam riscos substanciais. A nova ordem levanta desafios éticos sobre os quais avançamos a passos lentos, enquanto seus potenciais mercadológicos vêm sendo explorados a toque de caixa. Nesse contexto, prevalece o modelo batizado de “winners take it all”, no qual as gigantes tecnológicas não apenas dominam o mercado, mas eliminam as possibilidades de competição. Se esse processo não for revertido, as corporações moldarão em breve as necessidades e desejos de consumo dos trabalhadores.

A crise de 2008, cujas reverberações se fazem sentir até agora, foi catalisadora de insatisfações. Na Europa, o crescimento da extrema direita é baseado na promessa da volta a um passado mítico. Ao localizar no estrangeiro a culpa da decadência, seja na figura dos imigrantes, seja nas instituições multilaterais, esses grupos políticos conseguem ganhar base social nos antigos cinturões industriais. Nos EUA, Trump vence a eleição melhorando significativamente seu desempenho nos velhos estados industriais, tradicional bastião Democrata tanto em 2016 como em 2024. Na Inglaterra, o Brexit vence o plebiscito manipulando também a ideia abstrata de volta a um passado glorioso, cujo legado estaria sendo destruído pelos imigrantes e pela União Europeia. Na Argentina e por toda a Europa cresce o neofascismo,

ganhando base de massa entre os setores que passaram ao trabalho por conta própria como estratégia de sobrevivência, ou ao trabalho platformizado.

Os desdobramentos da crise econômica de 2008, até o momento, sugerem que ainda estamos longe de sua superação. Se no século XX crises foram seguidas pela expansão de direitos civis e ganhos econômicos, desde 2008 assistimos a um processo veloz de desmanche de redes de proteção social. As novas gerações que ingressam no mercado de trabalho são contratadas em condições que não lhes dão acesso a direitos trabalhistas já conquistados. A hipótese de uma recuperação econômica revertida em empregos de qualidade com carteira assinada não se concretizou, já que uma parcela considerável desses empregos foi substituída por máquinas e mecanismos de inteligência artificial.

O impacto da reestruturação produtiva se estende ao setor de serviços. Nele, a automação possibilita eliminar milhões de empregos através da terceirização do trabalho para os usuários, agora de forma não remunerada. Movimentações bancárias feitas em aplicativo de celular eliminam milhares de empregos e transferem para os correntistas o trabalho mais simplificado. O ensino a distância reduz a demanda por professores, plataformas on-line de vendas eliminam gradualmente o comércio de rua, serviços médicos passam a ser

automatizados e disponibilizados em aplicativos. Mesmo o ícone desse processo, o Uber, na forma como existe hoje também tem seus dias contados, uma vez que deve ser substituído por carros sem motorista.

Do ponto de vista histórico, a novidade nesse processo é a velocidade crescente das transformações – e isto faz toda a diferença. Trabalho formal é extinto em massa, e milhões de trabalhadores caem na informalidade, no empreendedorismo do desespero, o que produz também consequências políticas. Os aparatos construídos pela esquerda a partir da Revolução Industrial, em particular os sindicatos, perdem capacidade de diálogo com esse enorme contingente das classes trabalhadoras.

A “flexibilização” das relações de trabalho, o enfraquecimento das organizações sindicais e as novas tecnologias digitais têm produzido novas formas de ação coletiva descentralizadas, tais como as adotadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos, o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e os comandos de greve e articulações que se formam no bojo do Breque dos Aplicativos. Novas formas de organização são marcadas pela horizontalidade, desafiando assim as hierarquias da luta política tradicional. Enquanto na sociedade industrial operários se concentravam nas fábricas, numa lógica que favorecia a solidariedade, a sociedade digital estimula a contratação persona-

lizada dos serviços, produzindo, por consequência, o isolamento dos trabalhadores e uma força de trabalho marcada pela heterogeneidade.

A característica autônoma e individual dos trabalhos plataformizado e por conta própria, a ausência de vínculos coletivos e de compartilhamento dos mesmos espaços dificultam a formação da consciência de classe, assim como as formas de inserção no processo produtivo cada vez mais variadas e o acesso à renda cada vez mais diferenciado. O sentido de pertencimento a grupo sociais, no entanto, continua presente. No vácuo dos aparatos organizados pela lógica de classe, crescem dinâmicas territoriais – entre outras, as igrejas evangélicas e o futebol de várzea, cada vez mais organizado nas periferias de grandes cidades. Pela direita, formam-se núcleos de organizações violentas, que pregam formas de nacionalismo xenófobo e de misoginia, alcançando expressivos segmentos da juventude, especialmente do gênero masculino. A boa notícia é que pela esquerda crescem os movimentos feministas, negros, de defesa de direitos dos povos indígenas, da população LGBTQIA+, de luta por moradia e das lutas anticapacitistas.

As transformações no mundo do trabalho não significam que o trabalho assalariado vá se extinguir ou que os sindicatos deixarão de cumprir um papel relevante, mas que o perfil da inserção das classes trabalhadoras

no processo produtivo será cada vez mais diverso, assim como suas formas possíveis de organização.

O que está em disputa hoje é a apropriação dos enormes ganhos de produtividade gerados pela tecnologia. Esses ganhos de produtividade têm sido apropriados de forma extremamente desigual, concentrando renda no topo e pauperizando setores médios. A tecnologia hoje permitiria a substancial redução das jornadas de trabalho e aposentadorias mais precoces, mas isso pressupõe mudar o perfil da apropriação dos ganhos de produtividade. Este é o cenário de radicalização do conflito.

Não basta mais para a esquerda propor políticas econômicas que garantam crescimento com geração de postos de trabalho, sem que ao mesmo tempo seja construída uma nova arquitetura de direitos que inclua os trabalhadores que estão e estarão fora da CLT. Esta é uma realidade que veio para ficar, e apenas a partir da luta que se consiga produzir com a auto-organização desses trabalhadores é que se poderá alterar a correlação de forças para construir essa nova arquitetura. Ressignificar o papel do Estado como garantidor de direitos passa por estender direitos a todos os trabalhadores, na contramão da lógica das classes dominantes, que tentam reduzir direitos da parcela “informal”, operando para jogar os trabalhadores “sem direitos” contra os trabalhadores da CLT.

O Brasil precisa de uma política econômica que rompa que os pressupostos liberais de “equilíbrio fiscal”, forma envergonhada de defender a manutenção de um determinado volume de desemprego estrutural como controle da capacidade reivindicatória dos trabalhadores. Déficit fiscal, financiado com emissão de moeda ou de dívida pública em moeda nacional, não é em si um problema e deve garantir a plena utilização dos fatores de produção. A limitação real ao gasto público deve ser determinada pelos limites físicos da capacidade produtiva. Não faz sentido cortar gastos públicos quando existe capacidade ociosa na indústria e mão de obra disponível.

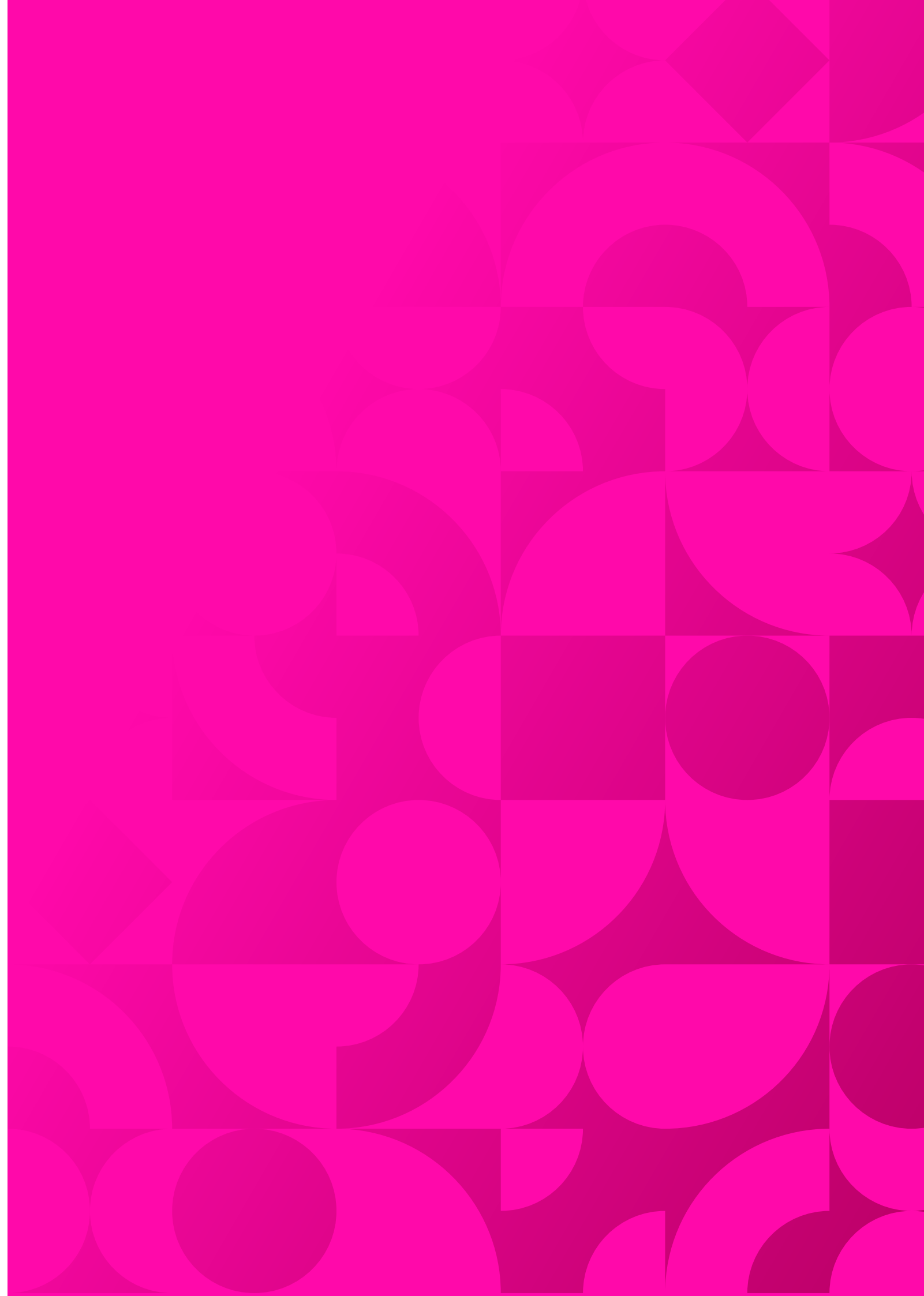
As grandes disparidades regionais do Brasil implicam em defender um modelo de desenvolvimento que garanta projetos regionais adequados ao perfil e potencialidades de cada região, dentro do entendimento de que crescimento sustentável pressupõe a equalização de renda entre as várias regiões do país.

É necessário também pensar uma nova política agrária. Cerca de 28 milhões de trabalhadores estão no campo, sendo que pouco mais de 18 milhões trabalham nas pequenas e médias propriedades, enquanto o restante trabalha direta ou indiretamente para o agronegócio. Até hoje o PSOL não tem sequer um setorial agrário, e o pouco debate realizado é subproduto do debate em torno do tema da pre-

servação ambiental. Não se constrói um projeto com capacidade de disputar hegemonia sem dialogar com essa parcela da classe trabalhadora.

Por fim, o Brasil precisa disputar na divisão internacional do trabalho um outro lugar que não seja o de fornecedor de produtos primários, além de ter uma política industrial que, baseada nas vantagens comparativas que temos, possa colocar

o Brasil na ponta de alguns setores intensivos em tecnologia. Esse potencial está claramente localizado, por exemplo, na produção de energia limpa – eólica, marés, solar – e na indústria farmacêutica, juntando a maior biodiversidade do mundo com a capacidade técnica das nossas universidades e o maior demandante de produtos fármacos do planeta, que é o SUS. ■



Cadernos de debate

Dando continuidade ao processo de renovação programática que marca os 20 anos da legalização do PSOL, a FLCMF lança o 3º caderno de debates, sobre o eixo 3, **Mundo do Trabalho e Modelo Econômico**, com textos que refletem a diversidade de elaborações e ideias e que são a força do nosso partido.

